

ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: CATEGORIAS CONCEITUAIS E PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS¹

Valdir Roque Dallabrida

Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Setor Litoral
Itapema - SC – Brasil
e-mail: valdirdallabrida@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2927-960X>

Edemar Rotta

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Cerro Largo - Rio Grande do Sul – Brasil
e-mail: erotta@uffs.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1608-7078>

Pedro Luís Büttendörfer

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI
Santa Rosa - RS – Brasil
e-mail: pedrolb@unijui.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7011-8552>

Valdir Frigo Denardin

Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Setor Litoral
Matinhos - Paraná – Brasil
e-mail: valdirdenardin@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8074-6544>

Livio Osvaldo Arenhart

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Santo Ângelo - Rio Grande do Sul – Brasil
e-mail: livio.arenhart@uffs.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2554-5480>

Recebido em 07/04/2021 aprovado em 07/05/2021.
DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/guaju.v7i1.80437>

¹ O texto faz parte da fundamentação teórica de dois projetos de pesquisa que estão sendo executados integralmente, (i) O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões (CNPQ-BPP) e (ii) O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico (PPGDTs/UFPR).

Resumo

O presente texto, na forma de ensaio teórico, resume as principais concepções epistêmico-teórico-metodológicas que tenham convergência com a abordagem territorial do desenvolvimento, recorrendo às publicações que tratam dos estudos territoriais, para, na sequência, fazer referência aos métodos de abordagem e de procedimento. Deu-se destaque aos indicativos constantes na literatura consultada que se fundamentassem, em especial, em quatro campos epistêmicos: a nova teoria dos sistemas, a teoria da complexidade, o materialismo histórico-dialético e a perspectiva da decolonialidade e do descentramento. Como resultado, das concepções epistêmico-teórico-metodológicas constantes nas publicações, depreende-se: (i) o indicativo de que a abordagem territorial se sustenta na categoria conceitual território, seguindo a acepção proclamada por autores, tais como, Raffestin, Brunet, Ferras e Théry, Saquet e Pecqueur; (ii) que a abordagem territorial precisa assumir a categoria conceitual desenvolvimento territorial, como um novo paradigma científico multidisciplinar que permite abarcar a pluralidade de interesses prospecções presentes no território, compreendendo integradamente suas múltiplas dimensões; (iii) que, decorrente disso, urge avançar na adoção de abordagens e procedimentos metodológicos que, necessariamente, convirjam com a abordagem territorial do desenvolvimento. Entende-se que o texto traz algumas contribuições importantes, no entanto, não esgota o tema, deixando espaço para novas interpretações.

Palavras-chave: Território. Abordagem Territorial. Desenvolvimento Territorial. Pressupostos Metodológicos.

Territorial Approach of Development: Conceptual Categories and Methodological Assumptions

Abstract

The present text, in the form of a theoretical essay, summarizes the main epistemic-theoretical-methodological conceptions that have convergence with the territorial approach to development, using the publications deal with territorial studies, in order to make reference to the methods of approach and procedural. We emphasized the indications contained in the consulted literature that were based, in particular, on four epistemic fields: the new systems theory, the complexity theory, the historical-dialectical materialism and the perspective of decoloniality and decentralization. As a result, from the epistemic-theoretical-methodological conceptions in the publications, it could be concluded that: (i) the indication that the territorial approach is sustained in the conceptual category territory, following the meaning proclaimed by several authors, such as, Raffestin, Brunet, Ferras and Théry, Saquet and Pecqueur; (ii) the territorial approach needs to assume the conceptual category territorial development, as a new multidisciplinary scientific paradigm that would allow to encompass the plurality of interests and prospects present in the territory, fully understanding its multiple dimensions; (iii) that, as a result, it is urgent need to advance in the adoption of methodological approaches and procedures that necessarily converge with the territorial approach to development. It is understood that the text brings some important contributions, however, not exhausting the theme, leaving room for new interpretations.

Keywords: Territory. Territorial Approach. Territorial Development. Methodological Assumptions.

1 Introdução

Os estudos e pesquisas sobre território e a abordagem territorial vêm avançando e ampliando seus aportes às diferentes ciências. Neste sentido, em uma das publicações sobre este tema, Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021) propõem-se identificar pressupostos epistêmico-teóricos que orientem a elaboração de procedimentos metodológicos que possam ser utilizados no reconhecimento e análise de contextos socioeconômico-culturais e ambientais, com vistas à prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento territorial. Os autores sustentam seu referencial em quatro campos epistêmicos, sendo eles, a nova teoria dos sistemas, a teoria da complexidade, o materialismo histórico-dialético e a perspectiva da decolonialidade e do descentramento. Dos campos epistêmicos referidos, a publicação aponta uma série de indicadores que pretendem servir de referência epistêmico-teórica para os estudos territoriais, os quais podem ser resumidos em quatro pontos.

Primeiro, da chamada “nova teoria dos sistemas” depreende-se a acepção de sistema como conjunto de componentes e variáveis organizadas, interdependentes e integradas. Assim, pode-se ter como indicativo que, segundo a perspectiva sistêmica, ao se considerar o território como um sistema, impõe-se admitir os princípios da integração, interdependência e multidimensionalidade no seu estudo e análise, além de que nem tudo é factível de ser controlado a partir do território, com exceção dos seus ativos ou recursos, representados pelo patrimônio territorial (DALLABRIDA, ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021)¹.

Segundo, que a “perspectiva da complexidade” considera como objetivo de o conhecimento não fornecer uma resposta absoluta e completa em si, mas abrir o diálogo e não o enclausurar, resultando na compreensão da realidade a partir de suas diversas dimensões inter-relacionadas, na tentativa de superar abordagens disciplinares ou setoriais. Com isso, é possível associar a concepção de complexidade ao contexto territorial, destacando alguns princípios, tais como, o anti-reducionismo, o pluralismo, a multidimensionalidade, a incompletude e a incerteza (DALLABRIDA, ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021).

Terceiro, que o pensamento “materialista histórico-dialético” pode ser entendido como um caminho epistemológico que fundamenta o conhecimento para a interpretação da realidade histórica e social, no esforço para captar, detalhadamente, as articulações dos problemas, analisar as evoluções e rastrear as conexões sobre os fenômenos que os envolvem, destacando a importância do princípio da contradição, da totalidade e da

1 Sobre o tema patrimônio territorial, ver publicação recente: Dallabrida (2020a).

historicidade no processo de compreensão e análise de realidades complexas, como é o caso de contextos socioeconômicos, culturais e ambientais representados pelos territórios. Em resumo, a dialética facilita a compreensão da realidade a partir de suas dimensões inter-relacionadas (DALLABRIDA, ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021).

Quarto, que a perspectiva da “decolonialidade ou pós-colonialismo”, propõe a “desconstrução dos essencialismos”, colocando em questão o universalismo etnocêntrico, o eurocentrismo teórico, o nacionalismo metodológico, o positivismo epistemológico e o neoliberalismo científico, contidos no *mainstream* das ciências, implicando que, decolonializar a teoria é um dos passos para decolonialização do próprio poder. Na mesma linha de pensamento, a perspectiva do “descentramento” propõe um planejamento, uma gestão e um ordenamento do território, como um “modelo cívico-territorial”, propondo a reconversão da cidadania abstrata em cidadania concreta, em especial, superando práticas nas quais são pensados planos ou estratégias de desenvolvimento para regiões ou territórios, apenas tomando como referência os setores mais dinâmicos da economia, esquecendo os circuitos de fabricação, distribuição e consumo periféricos (DALLABRIDA, ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021).

Portanto, os pressupostos epistêmico-teóricos mencionados impõem o indicativo de que as intervenções territoriais, em especial as iniciativas, que visem o planejamento e gestão territorial², precisam admitir e atender a uma série de princípios, como os referidos nos quatro campos epistêmicos.

O propósito central deste texto é indicar pressupostos metodológicos que tenham convergência com a abordagem territorial. Para efetivar esse propósito não se deixou de considerar o indicativo feito em Dallabrida, Rotta e Büttенbender (2021)³: a abordagem e os procedimentos metodológicos emanam de uma determinada concepção epistêmico-teórica. Ou seja, uma determinada concepção epistêmico-teórica orienta nossas práticas de estudo da realidade, indicando os procedimentos metodológicos mais adequados para tal. Assim, acatando essa orientação como diretriz, procurou-se sistematizar as principais concepções epistêmico-teóricas convergentes com a abordagem territorial que possam servir de base aos pressupostos metodológicos que tenham esta mesma convergência.

2 Sobre o tema, ver publicação recente, que apresenta aportes teórico-metodológicos no processo de planejamento e gestão de municípios, regiões ou territórios: Dallabrida (2020b).

3 A publicação referida é a que motivou o aprofundamento do tema, resultando neste novo texto, retomando categorias teóricas e focando a dimensão metodológica. Portanto, ambos os textos se complementam.

Metodologicamente, o presente texto caracteriza-se como um ensaio teórico, sustentando-se num conjunto de publicações, sendo que o critério para seleção da literatura, em parte, difere nas duas seções em que está estruturado o artigo. Como critério comum às duas seções, priorizou-se reflexões contidas na literatura que tivessem uma convergência com os quatro campos epistêmicos já referidos. Como critérios diferenciais, na primeira seção – orientações epistêmico-teóricas - priorizou-se publicações da Geografia, da Economia, da Sociologia, das Ciências Humanas, Políticas e Ambientais, com o foco em reflexões convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento. Já na segunda seção - métodos e sua convergência com a abordagem territorial -, foram consultadas publicações da área epistêmico-metodológica que aportassem indicativos para a estruturação de um referencial metodológico que permitisse a realização de diagnósticos socioeconômico-culturais e ambientais, com vistas a realizar prospecções de alternativas de desenvolvimento convergentes com a abordagem territorial.

Assim sendo, após estas considerações introdutórias, inicia-se fazendo um recorrido sobre as abordagens teórico-metodológicas priorizadas em estudos territoriais, destacando três focos: a noção de território, a abordagem territorial e a acepção sobre desenvolvimento, além das questões teórico-metodológicas. O texto segue, fazendo referência aos métodos de abordagem e de procedimento, sempre tendo como parâmetro sua convergência com a abordagem territorial e com as bases epistêmico-teóricas já mencionadas, finalizando com algumas reflexões conclusivas.

2 Orientações epistêmico-teóricas convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento

Nesta seção, busca-se registrar os principais focos de abordagem, tanto na dimensão teórica, quanto metodológica, amparados em reflexões apresentadas por autores focados em estudos territoriais. Inicia-se por um rápido recorrido às abordagens que ressaltam a relação entre a noção de território à abordagem territorial, e esta, com um conceito indicativo de desenvolvimento, finalizando pela literatura que faz referência às questões metodológicas.

2.1 O foco no território e a abordagem territorial

Na Geografia, ao utilizar a categoria conceitual território, em que está sustentada a noção de abordagem territorial, faz-se referência a uma realidade complexa e integrada,

com suas diferentes dimensões (social, ambiental, econômica, política, cultural...). Assim, o espaço rural ou urbano são partes de um todo inter-relacionado, em que as partes não têm capacidade de explicar o todo, este só sendo compreendido pela análise da inter-relação das partes entre si e com o todo.

Alguns autores já chamaram nossa atenção sobre a inadequação do uso da categoria território, o que exige que se reafirme sua acepção desde as bases da Ciência Geográfica. Assim, opta-se em preferir a acepção de território expressa por alguns autores, a exemplo de Raffestin (1993), referindo-se a uma porção de espaço apropriado, delimitado, que resulta de uma produção coletiva, envolvendo relações de poder.

Mesmo que não se exclua de todo, o território não se reduz a uma entidade jurídica, nem se reduz à ideia de um enraizamento num lugar. É necessária alguma coisa a mais: os sentimentos de pertencimento (sou daqui) e de apropriação (isso é meu, é a minha terra, meu domínio) (BRUNET; FERRAS; THÉRY, 1993). Portanto, o território não é apenas o receptáculo geográfico neutro onde empresas, coletividades e indivíduos atuam, assumindo o papel de ator nos processos socioeconômico-culturais (BEDUSCHI; ABRAMOVAY, 2003).

Fuini (2014a), resumindo autores referenciais, faz uma síntese sobre a noção de território, ressaltando a ideia de um recorte do espaço geográfico definido por e a partir de relações de poder, controle, apropriação e uso, sendo que essas relações são definidas em termos políticos e político-institucionais, econômicos e socioeconômicos, culturais e simbólico-imateriais. Saquet (2015) complementa, destacando a acepção sobre território como uma construção social, histórica e relacional⁴.

Essa construção social do território resultará sempre do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns. Disso decorre a noção de “território-dado” e “território-construído” (PECQUEUR, 2005). O primeiro resulta de uma delimitação político-administrativa, o que corresponde a uma região, um município com sua subdivisão em distritos e localidades, como uma porção do espaço que é objeto de observação. O território construído, por sua vez, é instituído socialmente pelos atores, resultante de um processo de melhorias, fruto do jogo dos atores sociais e constado a posteriori. Um território dado se alinha ao que Haesbaert (2019) apresenta como “categoria normativa” do território, já o território construído se aproxima da perspectiva do território enquanto “categoria da prática”.

4 Outras publicações brasileiras resumem as diferentes abordagens sobre território e territorialidade: Saquet (2007; 2011); Fuini (2017; 2014a).

Um território-dado pode abrigar vários territórios-construídos, assim como, um território-construído pode abarcar mais de um território-dado, no seu todo, ou apenas partes deles.

Portanto, o território é um campo de disputa de poder. Neste sentido, seguindo uma perspectiva “arendtiana”, Duarte (2009) reafirma que tal poder corresponde à habilidade humana não apenas de agir, mas de agir em concerto. Desse modo, o poder territorial compreende uma ação coletiva, coesionada no debate, que preserva a pluralidade humana na sua vasta gama de interesses, opiniões e pontos de vista, mesmo que conflitantes. A ação coletiva no território em busca de convergências entre os interesses diversos, corresponde ao que é proposto na noção de governança territorial (DALLABRIDA, 2015).

Saquet (2018), tomando como referência dezenas de autores, aponta características epistemológicas e ontológicas fundamentais em relação à aceção de território: (i) é apropriado, dominado e tem um conteúdo político e econômico envolvendo pontos, redes e malhas; (ii) é produzido em diferentes níveis escalares com um significado relacional, substantivando uma complexa trama territorial trans e multiescalar; (iii) é produzido por meio das territorialidades num processo histórico centrado nas relações de poder, nas redes e nas identidades culturais. “Portanto, há complexidade e heterogeneidade nos/dos territórios, internamente e entre eles, substantivadas a partir das relações natureza-sociedade” (p. 483).

Finalmente, dois autores ressaltam que a discussão sobre território e abordagem territorial precisa ser feita na perspectiva do paradigma reticular. Para Haesbaert (2007), o território, na sua aceção pós-moderna, seria o território-rede, com uma dupla perspectiva de movimento, no e sobre o espaço, que se manifesta pela des-reterritorialização e pela multiterritorialidade. Assim, segundo o autor, contrariamente ao alegado fim dos territórios, temos, na contemporaneidade, o fenômeno da multiterritorialidade. Saquet (2018) vai na mesma direção, afirmando que a análise territorial centrada no conceito de território precisa considerar sua constituição na forma de redes (curtas, intermediárias e longas, virtuais, efêmeras e duradouras), potencializando as redes de cooperação e solidariedade ancoradas localmente e em processos ecológicos e culturais. Assim, segundo o autor, no território e nas redes, as territorialidades estão sempre presentes e significam conflitos, contradições, luta de classes (relações de poder: alteridade e exterioridade) e disputas territoriais, portanto, mais convergentes ao conflito do que com acordos consensuais.

As reflexões oportunizadas pelos autores mencionados expressam a aceção e compreensão sobre território que se entende como fundamental ao se assumir o desafio de

pensar o desenvolvimento a partir da abordagem territorial. A compreensão sobre território aqui referida, tem implicações de ordem teórico-metodológica nos estudos territoriais.

2.2 A abordagem territorial e um indicativo sobre a acepção de desenvolvimento

A priorização da categoria território e o foco na abordagem territorial, têm implicações de ordem epistêmico-teórico-metodológica. Uma delas é a adjetivação da categoria desenvolvimento (local, regional ou territorial?). Propõe-se que se deva priorizar a categoria “desenvolvimento territorial”⁵.

Por que a utilização da categoria desenvolvimento territorial e não outra? É apenas um novo modismo? Inicia-se, respondendo que não se trata de um novo modismo, trata-se de um avanço na compreensão sobre desenvolvimento, iniciando pelo reconhecimento da importância do território. Mas há outros argumentos. Destacam-se aqui alguns deles.

Inicia-se com um posicionamento nada suspeito proclamado por Furtado (2004), quando reafirma o entendimento de que desenvolvimento não é apenas “[...] um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder as aspirações da coletividade” (p. 485). Para o autor, historicamente, no Brasil não houve correspondência entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico “[...] tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente” (FURTADO, 2004, p. 483). Por fim, o autor afirma que só quando o projeto social prioriza a melhoria das condições de vida de sua população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Esta perspectiva apontada por Furtado precisa ser a diretriz principal na abordagem territorial do desenvolvimento.

Segundo Schneider et al. (2010) o debate sobre abordagem territorial do desenvolvimento emerge no Brasil na década de 1990, impulsionado por um contexto de recuperação organizacional e política dos movimentos sociais e outras instâncias da sociedade civil. Para os autores, tal abordagem surge como uma proposta de promover a superação do enfoque setorial das atividades econômicas, amenizar a dicotomia espacial entre o rural e o urbano, o campo versus cidade, além de reconhecer o protagonismo dos atores emergentes da sociedade civil.

5 A discussão conceitual sobre desenvolvimento e governança territorial não será retomada neste texto, pois já ocorreu em outras publicações, a exemplo de: Dallabrida (2020c; 2015); Dallabrida, Rotta e Bittenbender (2021).

Neste sentido, a abordagem territorial do desenvolvimento se propõe a valorizar a diversidade de ações, estratégias e trajetórias de atores na busca de que o vetor dos movimentos adote a forma *bottom up*. O território é visto e entendido como espaço e campo em que estes processos se afirmam e transcorrem, convertendo-se desta forma em uma unidade importante para o planejamento e implementação de ações de desenvolvimento (SCHNEIDER et al., 2010, p. 28) – tradução livre.

Denardin (2016) chama atenção para os dois pilares do desenvolvimento territorial. Por um lado, tem-se os recursos territoriais, tangíveis e intangíveis, que são fatores a explorar, a organizar, a revelar, os quais podem ser genéricos ou específicos. Por outro lado, tem-se os atores (privados, públicos e associativos) e seus diferentes modos de coordenação que objetivam resolver problemas produtivos inerentes ao território.

Já Saquet (2018), referindo-se às premissas do desenvolvimento territorial, propõe manter o foco dos estudos territoriais no sentido de contribuir na construção de uma concepção voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial dialógico, ecológico, cultural e participativo. O propósito dessa perspectiva teórica proposta pelo autor é valorizar a autonomia decisória, a preservação e conservação da natureza, a identidade, o conhecimento popular, a reciprocidade, a ancoragem e os vínculos territoriais, num movimento contrário à reprodução ampliada do capital. Nesta perspectiva, segundo o autor, os caminhos a serem priorizados para melhorar a qualidade de vida da população mais simples e humilde é a organização popular, trabalhando juntos, pesquisadores e moradores locais, em meio à diversidade dos sujeitos⁶.

Assim, segundo Saquet (2018), a perspectiva territorial do desenvolvimento representa a construção do paradigma contra hegemônico. Essa construção precisa ser, necessariamente, participativa, dialógica e reflexiva, envolvendo e valorizando as diferenças, as desigualdades e as identidades de cada lugar e território, sem se desligar do mundo, porém, destacando-se as relações próximas, a solidariedade, a cultura popular, a ancoragem, a artesanidade, as práticas agroecológicas, as condições edafoclimáticas específicas de cada ecossistema, dentre outros aspectos presentes no território.

Sobre a opção do uso da categoria desenvolvimento territorial, Veiga (2006) reforça a defesa de que sua noção se apresenta como um caminho na superação de práticas setoriais para a incorporação de práticas territorializadas, portanto, perdem sentido discussões sobre a dicotomia estabelecida entre urbano e rural. Esses dois elementos passam a caracterizar-

6 Com base nestas reflexões, Saquet (2018) faz referência a projetos de cooperação e desenvolvimento territorial executados no município de Francisco Beltrão (Paraná-Brasil), com agricultores agroecológicos.

se como indissociáveis em qualquer estratégia que vise desenvolver o território. E mais: a cidade e o campo são diferentes entre si e têm papéis díspares, porém, estão em unicidade e complementaridade dialética (SPOSITO, 2006). Na perspectiva de avançar no debate, Denardin e Sulzbach (2019) pontuam que as relações de interdependência entre espaços rurais e urbanos permite uma melhor compreensão dos seus vínculos e dependência ente ambos.

Lévesque (2010) sintetiza as linhas de argumentação, em especial, de três autores reconhecidos, Bernard Pecqueur, Bruno Jean e Ricardo Abramovay, buscando as principais convergências. O autor inicia afirmando que o desenvolvimento territorial representa, ao mesmo tempo, um novo discurso acadêmico que supera os enfoques tradicionais sobre desenvolvimento local e regional e um novo discurso social, designando novas realidades socioeconômicas, especialmente novas relações entre economia e território. Assim, há convergência entre esses, e outros autores, de que a concepção sobre desenvolvimento territorial corresponde a um novo paradigma científico que nos permite levar em conta as dimensões econômicas, sociais e ambientais, o que supõe a superação das fronteiras disciplinares. Além disso, há a concordância entre tais autores de que o enfoque do desenvolvimento territorial questiona a visão de espaço, típica do modelo de produção fordista, favorecendo uma visão multiescalar e multidimensional do desenvolvimento.

Pecqueur (2004) faz menção às diferenças teórico-metodológicas envolvidas nas noções de desenvolvimento local e territorial. Segundo o autor, o termo territorial é preferível porque não induz à ideia de pequena dimensão, ou menor escala, nem corresponde à ideia de localismo ou de autarquia, além do que se torna uma inovação, na medida em que a dinâmica de desenvolvimento territorial visa revelar e valorizar os recursos e ativos territoriais, em especial, os que são inéditos.

Jean (2010) propõe avançar do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável. Para o autor, o conceito de desenvolvimento territorial rompe com tradições mais antigas sobre desenvolvimento regional. Em outra publicação, Jean (2015) sugere um desenvolvimento territorial “solidário” por entender a necessidade de solidariedade entre as coletividades humanas. Para o autor, uma abordagem solidária do desenvolvimento territorial permitiria melhor compreender como deveria se construir as relações rurais-urbanas em ações e dinâmicas de desenvolvimento.

Cazella e Carrière (2006), ao fazerem referência ao conceito desenvolvimento, afirmam que não se instala uma dinâmica de desenvolvimento sem a criação ou reforço

de redes e de novas formas de cooperação de caráter territorial. Como resultante, o desenvolvimento territorial pressupõe a cooperação entre atores, cujos interesses são diversos, na busca de pontos de convergência, pactuando decisões, de tal forma que todos se beneficiem do ambiente socioterritorial propício à geração de iniciativas e novos projetos. Complementando, Saquet (2018) afirma que o desenvolvimento territorial precisa atender as nossas necessidades fisiológicas e antropológicas, num desenvolvimento de todos, ou seja, nossas práticas cotidianas, no campo e na cidade, precisam ser orientadas e concretizadas para a reprodução da vida humana e não humana, por meio de uma pluralidade de sujeitos emancipadores, de todas as matizes, religiões e etnias.

Portanto, corroborando com a visão dos autores mencionados, depreende-se, dentre outras compreensões, que o desenvolvimento é sempre territorializado, além de contextualizado historicamente, precisando atender à pluralidade de interesses presentes no território, compreendendo integradamente suas múltiplas dimensões: ambiental, social, cultural, econômica, política etc.

2.3 Questões de cunho metodológico mencionadas em publicações

A maioria das publicações que fazem referência à abordagem territorial dedicam-se à avaliação de experiências de políticas públicas, como as aplicadas no setor rural. Por exemplo, ao questionar se a abordagem territorial representaria uma mudança institucional ou apenas uma inovação por adição, Favareto (2010) afirma ter ocorrido nas políticas territoriais a incorporação “por adição”, dos novos temas. Assim, segundo o autor, não houve uma verdadeira mudança institucional em direção a uma abordagem territorial devido ao viés setorial das ações, sendo exclusivamente de apoio às atividades agropecuárias, com a ausência nas discussões de organizações empresariais, impedindo a expressão da intersectorialidade no enfrentamento de problemas socioeconômicos complexos. Ou seja, entendido dessa forma, em tese, não teria se praticado uma política de desenvolvimento territorial rural; teria ocorrido apenas uma tentativa, cheia de boas intenções, com resultados insipientes.

Vaz de Moura e Sousa Moreira (2014) destacam a perspectiva relacional, apontando questões fundamentais na análise de determinadas ações que buscam o desenvolvimento territorial. Quais atores estão envolvidos em quê? Quais as estratégias dos atores? Qual é o grau de intervenção dos diferentes níveis de ação e quais impactos possíveis? Quais são os atores e os recursos mais importantes mobilizados durante as definições dos projetos de

desenvolvimento? Como se configuram os espaços de participação? Segundo os autores, são indicativos que devem estar presentes ao se pensar estratégias de desenvolvimento de territórios ou regiões, quando se assume a abordagem territorial, os quais têm implicações metodológicas.

Pouquíssimas publicações fazem referências às propostas metodológicas. Em uma delas, Fuini (2014b) propõe elementos de caráter metodológico envolvendo os aspectos territoriais do desenvolvimento, indicando eixos de análise, sendo eles, o econômico, o político, o cultural e o ambiental. No eixo econômico, inclui o conjunto das atividades produtivas, infraestruturas de circulação, cadeias de serviços e comércio, mercado de trabalho e as instituições representativas do empresariado e dos trabalhadores. No eixo político, faz referência às instâncias de governo locais, regionais e nacionais e às normas e regras jurídicas do planejamento que atuam no sentido de viabilizar as infraestruturas, regulamentar as ações privadas e distribuir os incrementos de renda entre a população. No eixo cultural, inclui o conjunto de tradições históricas atreladas às atividades produtivas, o saber-fazer local, os pactos e convenções firmados, eventos mais significativos, atmosfera industrial, cultura de cooperação ou individualismo. Por fim, no eixo ambiental, refere-se ao recorte físico de análise, que pode ser visto como recurso natural, e aos impactos socioambientais produzidos pelos aglomerados e redes de produção localizados, ao lado dos acordos políticos para mitigação de danos e a recuperação ambiental, inerentes ao paradigma do desenvolvimento e sustentabilidade ambiental. Além dos eixos de análise, o autor propõe uma escala de análise (global, nacional, regional e local) e ciclos históricos de análise da territorialização do desenvolvimento, neste caso, se referindo à história econômica do Brasil. A contribuição de Fuini (2014b) aporta elementos de reflexão interessantes, desde o ponto de vista da Ciência Geográfica, além de indicativos para os estudos territoriais. No entanto, carece de avanços na especificação das variáveis a serem consideradas em cada eixo.

Vieira (2013), por sua vez, destaca que o enfoque sobre ecodesenvolvimento contempla vários dos elementos presentes no debate sobre as dinâmicas territoriais de desenvolvimento. No entanto evidencia que “[...] na análise das novas dinâmicas territoriais emergentes a consideração da problemática socioecológica global permanece deficitária” (p. 129). Para superar tal fragilidade o autor destaca que se faz necessário enfrentar duas problemáticas imbricadas. Por um lado, a necessidade de uma abordagem sistêmica na gestão integrada e compartilhada dos recursos naturais, do espaço territorial e da qualidade

dos *habitats*. Por outro, evidencia a complexidade inerente aos processos de criação/perenização dos recursos do território. Conclui o autor que os recursos territoriais devem ser considerados o eixo norteador de um processo de hibridização dos dois enfoques, o territorial e o ecodesenvolvimentista. Na mesma publicação, apresenta elementos que evidenciam o diálogo entre ecodesenvolvimento e desenvolvimento territorial sustentável, como subsídios para novas abordagens teórico-metodológicas ao planejar e gerir territórios sustentáveis, ajustadas a uma visão sistêmico-complexa. Portanto, a contribuição de Vieira (2013), além de convergir com o que aqui se propõe, reafirma a ideia de incluir a noção de ecodesenvolvimento na abordagem territorial.

Saquet (2018), referindo-se às premissas do desenvolvimento territorial, afirma que a ativação de projetos de desenvolvimento territorial implica que sejamos capazes de propor procedimentos metodológicos com perspectiva de análise trans e Multiescalar, que se considere os territórios na sua dimensão de complexidade, conflitualidade e heterogeneidade, a fim de que as perspectivas de desenvolvimento a serem sugeridas atendam às necessidades fisiológicas e antropológicas de todos e convirjam com a possibilidade de reprodução digna da vida humana e não humana, atendendo a pluralidade de sujeitos do território.

Rambo e Filippi (2012) destacam que os processos de desenvolvimento territorial remetem às relações de poder, à capacidade dos atores tomarem decisões e transformarem/reestruturarem o espaço, impregnando novos usos aos territórios, o que se dá em diferentes escalas. Esse aspecto, segundo os autores, metodologicamente precisa ser considerado. Quanto à questão escalar, os autores assumem a concepção de Cox (1998), destacando que as relações escalares, podem ocorrer em espaços de dependência, como sendo as arenas nas quais os indivíduos estão enraizados por seus interesses sociais, comerciais ou de emprego, e espaços de engajamento, que seriam o conjunto de relações que se estendem em espaços de dependência, mas também para além deles, para construir redes externas de associação e troca. Tais questões têm implicações teórico-metodológicas.

Uma última contribuição, é a de Bartoli (2018a; 2018b) que propõe uma abordagem metodológica na forma de um “sistema territorial urbano-ribeirinho” (STUR), convergente com a abordagem territorial, para compreender as dinâmicas de redes locais de sujeitos, que através da navegação fluvial interligam e sobrepõem o urbano ao ribeirinho, complementando a economia local. Trata-se de redes de sujeitos que usam a cidade para a construção de projetos coletivos, com certa identidade territorial, produzindo territórios

de influência, através de territorialidades, formando novas capilaridades a partir da esfera urbana, integrando o processo de produção, circulação, comercialização e consumo de produtos provindos de áreas ribeirinhas próximas ou distantes. Os estudos inicialmente foram aplicados em terras da Amazônia, na região de Parintins, avaliando o comportamento espacial dos circuitos da economia popular e do capital mercantil.

A abordagem metodológica na forma de STUR proposta por Bartoli (2018a; 2018b) facilita a análise de contextos com características específicas, tais como, recortes territoriais isolados das sedes urbanas, a posição hierárquica na rede urbana, a presença de sistemas de engenharia que facilitam integração e fluxos com áreas mais dinâmicas, a composição dos capitais locais e tipos de frações de elites, redes de poder, histórico de lutas populares e presença de movimentos socioterritoriais, etc. Isso exige uma gama de propostas metodológicas “regionalizadas”, que levem em consideração tais situações geográficas. Esse tipo de enfoque metodológico dialoga com a aceção de “situação geográfica” proposta por Silveira (1999)⁷, orientada à análise e articulação de variáveis, agentes e processos em diversas escalas, a partir do foco particular, no caso do STUR, sujeitos e processos urbano-ribeirinhos. Assim, entendida como nó de verticalidades e horizontalidades, como manifestação provisória do movimento de totalização, a “situação geográfica” vincula universalidade e particularidade. Essas e outras realidades territoriais são formações históricas e heranças (BECKER; EGLER, 2011), cujos aspectos de desigualdades regionais estão atrelados ao desenvolvimento desigual inerente à dinâmica de reprodução das atividades capitalistas.

O Quadro 1 resume as principais contribuições epistêmico-teóricas provenientes das publicações referidas, destacando suas implicações metodológicas.

⁷ Sobre o mesmo tema, ver Cataia e Ribeiro (2015).

Quadro 1: Síntese das principais contribuições da literatura para orientação nos estudos territoriais.

Publicação	Principal contribuição	Implicações metodológicas
Raffestin (1993), Fuini (2014b)	O território como uma porção de espaço apropriado e delimitado que resulta de uma produção coletiva, envolvendo relações de poder.	Considerando que a abordagem territorial do desenvolvimento se sustenta na concepção de território, os indicativos teóricos sobre o tema são bases para orientar os estudos territoriais, com implicações não só teóricas, mas, sobretudo, metodológicas.
Brunet, Ferras e Théry (1993)	O território não se reduz a uma entidade jurídica, nem se reduz à ideia de enraizamento num lugar; é necessário sentimentos de pertencimento e de apropriação.	
Beduschi e Abramovay (2003)	O território não é apenas o receptáculo neutro, assumindo o papel de ator nos processos socioeconômico-culturais.	
Saquet (2015), Vaz de Moura e Sousa Moreira (2014)	O território como uma construção social, histórica e relacional, resultante do encontro e da mobilização de atores sociais que procuram identificar e resolver problemas comuns, através de negociações, que permita acordar interesses conflitivos e construção de identidade.	
Pecqueur (2005)	A noção de “território-dado” (delimitação político-administrativa, região, município) e “território-construído” (resultante da mobilização de atores e identidade territorial).	
Duarte (2009)	O território como um campo de disputa de poder, compreendendo uma ação coletiva coesionada no debate, em que o principal desafio é o respeito à pluralidade de interesses, opiniões e pontos de vista, mesmo que conflitantes.	
Dallabrida (2015)	A ação coletiva no território em busca de convergências entre os interesses divergentes dos atores no território, como práticas de governança territorial.	
Saquet (2018)	Características epistemológicas e ontológicas da acepção de território: (i) é apropriado, dominado e tem um conteúdo político, econômico, cultural e ambiental; (ii) é produzido em uma complexa trama territorial trans e multiescalar, sendo que as redes e as malhas estão na base de cada território; (iii) é produzido por meio das territorialidades num processo histórico centrado nas relações de poder, nas redes e nas identidades culturais.	A discussão sobre território e abordagem territorial precisa ser feita na perspectiva do paradigma reticular (o território-rede). Metodologicamente, implica na priorização de métodos de abordagem e de procedimentos de caráter multiescalar e multidimensional, que oportunizem análises integradamente.
Haesbaert (2007)	A discussão sobre território e abordagem territorial precisa ser feita na perspectiva do paradigma reticular: o território-rede, com uma dupla perspectiva de movimento, no e sobre o espaço, que se manifesta pela des-reterritorialização e pela multiterritorialidade.	
Saquet (2018)	A análise territorial centrada no conceito de território precisa considerar sua constituição na forma de redes (curtas, intermediárias e longas, virtuais, efêmeras e duradouras), potencializando as redes de cooperação e solidariedade ancoradas localmente e em processos ecológicos e culturais, considerando um ambiente mais convergente com conflitos, contradições, luta de classes e disputas territoriais, do que aos acordos consensuais.	

Veiga (2006), Sposito (2006), Favareto (2010)	Lacunas observadas na experiência brasileira de aplicação da abordagem territorial nas políticas públicas: (i) a quase totalidade dos estudos está focada exclusivamente no recorte rural; (ii) o desafio de superação de práticas setoriais para a incorporação de práticas territorializadas; (iii) permanência de uma visão dicotômica entre ruralidades e urbanidades e ausência de uma visão multisetorial, de unicidade e complementaridade dialética entre as diferentes dimensões do espaço; (iv) viés setorial das ações no rural e ausência de organizações empresariais, impedindo a expressão da intersectorialidade.	As lacunas apontadas pela literatura devem servir de referência, motivando iniciativas ou propostas práticas que superem tais desafios.
Lévesque (2010), Jean (2010, 2015) Pecqueur (2004), Dallabrida (2020c)	Síntese da argumentação sobre a opção pela categoria desenvolvimento territorial, como convergente à abordagem territorial: (i) representa um novo discurso acadêmico que supera os enfoques tradicionais sobre desenvolvimento local e regional; (ii) é um novo discurso social, designando novas realidades socioeconômicas, especialmente novas relações entre economia e território; (iii) corresponde a um novo paradigma científico que nos permite levar em conta as dimensões econômicas, sociais e ambientais, integradamente, o que supõe a superação das fronteiras disciplinares; (iv) seu enfoque favorece uma visão multiescalar e multidimensional do desenvolvimento; (v) o termo territorial não induz à ideia de pequena dimensão, ou menor escala, nem corresponde à ideia de localismo ou de autarquia; (vi) o conceito rompe com tradições mais antigas sobre desenvolvimento regional, com foco, predominantemente, na dimensão econômica.	As argumentações dos autores mencionados são fundamentais para reafirmar a opção de assumir a categoria “desenvolvimento territorial”, nos estudos que tenham a abordagem territorial como método e o patrimônio territorial como referência. Trata-se de uma concepção de desenvolvimento sustentada no paradigma reticular, que atenda às necessidades fisiológicas e antropológicas da pluralidade dos sujeitos territoriais, orientada à reprodução da vida humana e não humana. Neste sentido, merece destacar a dimensão da sustentabilidade do desenvolvimento, ou seja, a noção de ecodesenvolvimento.
Cazella e Carrière (2006)	Não se instala uma dinâmica de desenvolvimento territorial sem a criação ou reforço de redes e de novas formas de cooperação entre atores, na busca de pontos de convergência entre a diversidade de interesses, gerando um ambiente propício à geração de iniciativas e novos projetos.	
Saquet (2018)	O desenvolvimento territorial precisa atender as nossas necessidades fisiológicas e antropológicas, num desenvolvimento de todos, ou seja, nossas práticas cotidianas, no campo e na cidade, precisam ser orientadas e concretizadas para a reprodução da vida humana e não humana, por meio de uma pluralidade de sujeitos emancipadores de todas as cores, religiões e etnias.	
Vieira (2013)	O enfoque clássico sobre ecodesenvolvimento contempla vários dos elementos presentes no debate sobre as dinâmicas territoriais de desenvolvimento.	

Fonte: Elaboração dos autores (2021).

Portanto, considerando os princípios enunciados nos campos epistêmico-teóricos propostos em Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021), além das contribuições dos autores mencionados nesta primeira seção do artigo, é possível fazer uma síntese na forma de um

“decálogo da abordagem territorial do desenvolvimento”⁸, destacando suas implicações no planejamento e gestão territorial: (i) que quatro categorias teóricas sustentam a abordagem territorial do desenvolvimento, “território”, como a estrutura socioeconômico-cultural e ambiental localizada espacial e historicamente, “governança territorial”, como processo de conversação socioterritorial com vistas à definição do futuro desejado, “patrimônio territorial”, como forma representada pelo arranjo espacial (socioeconômico-cultural e ambiental) resultante de heranças do passado histórico e recentes e, “desenvolvimento territorial”, como função da forma, ou seja, o projeto socioterritorial de futuro desejado; (ii) a necessidade de considerar o recorte territorial em análise, como um conjunto de componentes e variáveis organizadas, interdependentes e integradas, o que implica em entender a realidade a partir de suas diferentes dimensões inter-relacionadas, sem que nenhuma anule as características das outras, mesmo que antagônicas ou concorrentes, na tentativa de superar abordagens disciplinares ou setoriais; que nas análises centradas no conceito de território, metodologicamente, seja considerada (iii) a necessidade da utilização de métodos de análise multidimensionais, multidisciplinares e que considerem integradamente as variáveis em análise e (iv) seja considerada a constituição do território na forma de redes (curtas, intermediárias e longas, virtuais, efêmeras e duradouras); (v) considerando que o todo está nas partes, no entanto, as partes preservam sua identidade numa relação dialógica entre unidade e diversidade, é fundamental considerar que não há procedimentos metodológicos universais que possam ser aplicados identicamente em todos os territórios; (vi) considerando o princípio da incompletude e incerteza, é necessário compreender o território como um contexto dinâmico, em processo de mudança e em constante (re)construção; (vii) considerando que as configurações territoriais têm um caráter plural e estão prenhes de conflitos e contradições, os procedimentos metodológicos precisam considerar esta situação para serem capazes de fazer a interpretação da realidade histórica e social, reconhecer as articulações e conexões entre os problemas e potencialidades, além de analisar as evoluções; (viii) decorrente da acepção sobre decolonialidade, urge evitar a exclusão e o silenciamento de sujeitos, saberes e cosmovisões presentes no território, como explicativos e/ou orientadores de condutas; (ix) considerando a perspectiva do descentramento, é fundamental privilegiar nas políticas de desenvolvimento, tanto os setores de atividades hegemônicos, quanto as atividades não modernas presentes no território; (x) ao serem pensadas alternativas de desenvolvimento, urge a necessidade de ater-se ao

8 O uso da expressão “decálogo” não tem nenhuma conotação de caráter teológico ou determinístico. Trata-se de um uso figurativo, no sentido de representar um conjunto de princípios e/ou diretrizes.

indicativo quanto à redistribuição equitativa dos recursos, bens e serviços territoriais entre todos os habitantes dos territórios, respeitando o direito universal de usufruir dos benefícios quando utilizados, ou quando se impõe sua preservação⁹.

A esta síntese indicativa sobre a abordagem territorial do desenvolvimento, com o caráter transversal, arrola-se um corolário, composto por três princípios que atendem à perspectiva humanitária e ambiental: a inclusão socioeconômica-cultural, a resiliência institucional e a sustentabilidade ambiental¹⁰. O desafio que está posto, é a convergência entre tais princípios nos processos que constituem a dinâmica territorial do desenvolvimento.

3 Métodos e sua convergência com a abordagem territorial do desenvolvimento

Realizado o registro sobre as concepções epistêmico-teóricas, resta avançar, aportando nesta segunda seção, indicativos sobre métodos de abordagem e métodos de procedimento e sua convergência com a abordagem territorial.

3.1 Métodos de abordagem

Os cientistas implicados em projetos de pesquisa, mesmo os que estão focados na abordagem territorial, provêm de diversos campos disciplinares das áreas de ciências humanas, sociais e sociais aplicadas¹¹. Nessas áreas coexistem pesquisas a partir dos mais diversos métodos de abordagem: empírico-analítico, fenomenológico, dialético-crítico, sistêmico, complexo-paradoxal, entre outros. Essa coexistência não representa passividade ou ausência de contradições e conflitos, mas indica posições epistemológicas diversas, algumas em diálogo, outras nem tanto. Porém, o que se aponta aqui é a possibilidade de uma opção epistemológica que viabilize o diálogo entre os pesquisadores que integram projetos de pesquisa focados na abordagem territorial.

A abordagem analítica fundamenta as pesquisas movidas pelo interesse de controle

9 Esta temática é abordada em Morales et al. (2020), ao proporem uma cultura territorial centrada em “o que é comum”, com vistas a um “desenvolvimento territorial inclusivo”.

10 A explicitação destes princípios e sua implicação na dinâmica territorial não será tema de aprofundamento neste texto. Em síntese, resiliência institucional refere-se ao conjunto de capacidades e rotinas organizacionais que permitem um desempenho exitoso em cada um dos estágios de eventos adversos (antecipação, enfrentamento e adaptação) (DUCHEK, 2019). A questão da inclusão e da sustentabilidade, direta ou indiretamente, é tratada por autores aqui mencionados, a exemplo de Vieira (2013; 2009) e Saquet (2018; 2015).

11 Um dos casos é o envolvimento de mais de trinta pesquisadores, de universidades brasileiras, da Colômbia, de Portugal e da Espanha, no projeto de pesquisa *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões*, proposto no segundo semestre de 2020.

técnico, as quais visam providenciar informações que permitam manipular e controlar os objetos, por meio de processos também controlados e objetivados. A esse enfoque básico subjaz o conjunto lógico trabalho-técnica-informação, considerando-se o trabalho como a dimensão fundamental da realidade. Admite como critério último de verdade a fidelidade ao objeto (objetividade). O procedimento investigativo determinante é dividir/descontextualizar para controlar. A concepção antropológica subjacente expressa-se por meio de categorias tecnicistas e funcionalistas, identificando os humanos com os papéis que desempenham: assistente social, professor, psicólogo, etc. Nesta abordagem, a história humana é reduzida à variável data e a visão geral e instantânea de um determinado assunto é análoga à fotografia. Orientam-se pela abordagem analítica, os modelos positivistas e funcionalistas, os quais pressupõem uma visão fixista, funcional, predeterminada, homogênea e não-conflitiva da realidade, fundada no princípio de identidade, preferindo a descrição do universo ordenado, sujeito a leis permanentes. Nesta abordagem, os conflitos de interpretações pressupõem a coerência universal como algo previamente dado e não como princípio deôntico, no sentido de que as contradições devem ser evitadas na linguagem e na ação (SÁNCHEZ GAMBOA, 1987; 2007; ARENHART; ARENHART, 2017).

A abordagem hermenêutica atua na base das pesquisas movidas pelo interesse dialógico de consenso, no mundo vivido sociocultural, onde e quando a finalidade é auxiliar a investigação e a interação dos sujeitos. O conjunto lógico que rege as pesquisas dessa tendência epistemológica é linguagem-consenso-interpretação, tomando-se como dimensão fundamental a interação linguisticamente mediada. Assim, o critério de verdade deve ser o consenso intersubjetivo do grupo a que concerne o fenômeno pesquisado. Logo, o procedimento investigativo determinante é contextualizar, recuperar os contextos de significação, os horizontes de interpretação dos fenômenos. A antropologia subentendida se expressa por categorias existencialistas, como projeto, ser-no-mundo, ser de relações (SÁNCHEZ GAMBOA, 2007, p. 170-177).

As pesquisas hermenêuticas tomam a história dos fenômenos como fio condutor da interpretação, privilegiando a existência viva e dinâmica à essência coisificada (SÁNCHEZ GAMBOA, 1997). Veem a realidade como movimento, como “mundo inacabado”, estão preocupadas em perceber os fenômenos no seu devir, dão ênfase à problemática do conflito de interpretações, empurrando para um plano secundário os conflitos de interesses. Fazendo uma relação entre dialética e hermenêutica, Stein (1986, p. 31-32) sustenta que a hermenêutica como pensamento reflexivo sobre o nosso tempo “[...] visa primeiramente

a mediação e a unificação com o mesmo”; pensando sobre o nosso tempo histórico, a abordagem hermenêutica “[...] busca nos muitos sentidos a unidade perdida”. A hermenêutica seria uma possibilidade que a reflexão dispõe para se encontrar com a realidade histórica presente, procurando cautelosamente penetrar nela (ARENHART e ARENHART, 2017).

A abordagem dialética conecta-se ao interesse humano crítico-emancipador. Rege as pesquisas visando desenvolver a crítica e alimentar a *práxis* que transforma a realidade e liberta o sujeito das diferentes formas de instrumentalização, dominação e enganação. Corresponde-lhe o conjunto lógico poder-emancipação-crítica. Como dimensão fundamental dos campos de pesquisa, mira as relações de poder. Abraça como critério de verdade a *práxis* emancipadora, isto é, a desalienação social e psicodinâmica. Disso decorre o procedimento investigativo determinante: explicitar as contradições, diagnosticar os bloqueios à emancipação e as possibilidades desta. Esta abordagem concebe o ser humano como um ser social e histórico, determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, criador e transformador, na busca de maiores níveis de liberdade, adquiridos através de permanentes lutas e da superação de contradições sociais (SÁNCHEZ GAMBOA, 2007).

As pesquisas dialéticas consideram a história como eixo da explicação e da compreensão científicas e têm na ação social e política uma das principais categorias epistemológicas (SÁNCHEZ GAMBOA, 1997). Sublinham o nexos entre os conflitos de interpretações e os conflitos de interesses, com destaque no interesse crítico-emancipatório. Stein (1986, p. 31-32) mostra que a dialética como método de apreensão conceitual de nosso tempo “acentua a diferença, o contraste”; por meio dela, a reflexão encontra-se com a realidade histórica, dirigindo-se basicamente “contra seu tempo”. A crítica das ideologias produz racionalidade diagnosticando as patologias sociais, detectando, dessa maneira, a “ruptura do sentido” (ARENHART; ARENHART, 2017).

A abordagem complexo-paradoxal (ou, eco-sistêmica) pode ser caracterizada recorrendo aos critérios estabelecidos por Sánchez Gamboa (1997; 2007). A abordagem em questão é regida pelo interesse cognoscitivo ecológico. O que conta prioritariamente são as interações congruentes com o meio, a qualidade de vida. Neste enquadre ético-epistemológico, as pesquisas visam otimizar as relações vitais dos seres humanos (e outros vivos) concretos com a natureza. Por conseguinte, o diálogo interdisciplinar (a tradução) é tomado como um relevante critério de verdade. Contextualizar os fenômenos (distinguir-e-unir) e dialogar com outros especialistas são tarefas determinantes para esse procedimento investigativo.

Privilegiam-se os estudos epistêmico-teóricos de caráter complexo-paradoxal, de autores, tais como, Edgar Morin, Ilya Prigogine, Isabelle Stengers, Henri Atlan, Humberto Maturana, Francisco Varela, David Bohm, Fritjof Capra e Pedro Demo (após 2000). Neste marco de pensamento, o critério de cientificidade é a conexão (interdisciplinar ou transdisciplinar) com o todo (razão eco-lógica - distinguir e unir). A ciência se concebe como sendo regida por vários princípios de inteligibilidade (princípio dialógico, recursivo, hologramático, etc.), com base na intersubjetividade e na “objetividade entre parênteses” (MATURANA, 2014), de modo que a auto-eco-organização é tomada como categoria epistemológica fundamental. A contextualização dos fenômenos se faz mediante esforços de articulação interdisciplinar (triangulação de métodos) (ARENHART e ARENHART, 2017).

Em congruência com os conceitos teórico-epistemológicos citados, as ações cognitivas focalizam a relação dos seres humanos (e outros seres vivos) concretos com a natureza (qualidade de vida), em perspectiva histórica, pois o ser humano se compreende como parte da natureza, inter-relacionado com o ambiente, mediante a ação e o uso da linguagem. O processo evolucionário e histórico é visto de modo diacrônico e dialógico (ordem-desordem-interações-reorganização), como auto-eco-geno-feno-sócio-organização. A realidade é concebida como sistema aberto, auto-eco-organizadora e comunicante. O conceito estruturante fundamental é o de auto-eco-organização. As atividades das (diferentes) comunidades científicas se situam dentro de (diferentes) domínios de coerências operacionais, distinguidos pelos observadores na *práxis* do seu viver e vistos por eles como “domínios de realidade”. Em coerência com esses constructos, a objetividade é posta entre parênteses (MATURANA, 2014). E a totalidade é cognoscitivamente visada enquanto natureza auto-eco-organizadora (ARENHART, 2020).

Pedro Demo, desde 2000, vê o pensamento complexo como uma modulação da dialética. Ele faz isso identificando o princípio hegeliano-marxista da unidade de contrários com o princípio dialógico de Morin (ordem-desordem-interações-reorganização) e subsumindo a natureza aos princípios da abordagem crítico-dialética. Mas, paradoxalmente, é a partir dessa conversão teórico-metodológica que o autor começa a tematizar a solidariedade, situação notoriamente espinhosa para um intelectual crítico-dialético (DEMO, 2002). Daí a pergunta, não seria mais adequado inserir as diferentes versões da dialética como modulações do pensamento complexo-paradoxal? Os princípios que regem esta abordagem exigem que as contradições prático-sociais, vitais, existenciais e teóricas se explicitem na tematização de qualquer feição ou recorte do que chamamos “realidade”.

No Anexo 1 são listados os diferentes métodos de abordagem possíveis de serem aplicados na pesquisa territorial. Procurando uma conformidade com as reflexões feitas na primeira seção deste artigo, fazem-se comentários no sentido de sua aproximação com a abordagem territorial.

Mas, enfim, qual dos métodos de abordagem assumir, quando a pesquisa é executada por um grupo de formação multidisciplinar?

Para os grupos de pesquisa, Minayo (2014) propõe a triangulação de métodos como uma alternativa possível de realizar o diálogo entre os diferentes. Efetivamente, em todas as áreas de conhecimento, cada método, por si só, não possui elementos suficientes para responder às questões que uma investigação específica suscita. Daí a importância do diálogo interdisciplinar sobre métodos para o conhecimento da realidade sob vários ângulos. O diálogo metodológico propicia maior clareza teórica e permite aprofundar uma discussão interdisciplinar de forma interativa e intersubjetiva. Segundo o autor, o processo reflexivo da triangulação de métodos possibilita buscar a articulação (unificação e interdependência) de dados objetivos (indicadores, distribuição de frequência e outros) e dados subjetivos (significados, intencionalidades, interação, participação). Trata-se de evitar ou desfazer a dicotomização entre quantitativo e qualitativo, entre macro e micro, entre interior e exterior, entre sujeito e objeto.

Do ponto de vista teórico-prático, o sucesso do processo de triangulação de métodos reside em três posturas opostas e complementares: (i) o profundo respeito aos campos disciplinares; (ii) a relativização da visão fragmentada de cada um deles; (iii) a capacidade dialógica dos pesquisadores diante de propostas teóricas e metodológicas diferentes e com os sujeitos que atuam no mundo da vida (MINAYO, 2014). Mas a triangulação não inviabiliza o desenvolvimento de teorias, análises e publicações próprias ao campo de conhecimento de cada pesquisador. A produção disciplinar, resultante da experiência de triangulação, que compartilha as reflexões de outras áreas, nunca será igual ao fruto do esforço monológico do investigador individual e solitário. Com base em sua experiência de pesquisa na área da saúde, Minayo (2014, p. 372) concebe a proposta da triangulação de métodos como “interfertilização de saberes”. A propósito, Ardoino (2012), há muito tempo, advoga a favor da abordagem multirreferencial, tese que o aproxima de Edgar Morin.

Pelos autores citados, o que aqui se busca não é uma visão monista/unitária, na qual todos os resultados de pesquisa seriam subordinados a uma única lógica. Assmann e Mo Sung (2000, p. 148) sublinham a tese teórico-metodológica de que “[...] devemos trabalhar

com uma pluralidade simultânea de diversos princípios organizativos da sociedade”. Mas, como desafio, não deveríamos nos eximir de fincar algumas balizas que possibilitem a triangulação de métodos e a interfertilização de saberes, mesmo que estas não definam métodos procedimentais de produção, análise e interpretação de informações. Se, por exemplo, os métodos de análise e interpretação de informações não forem coincidentes, provavelmente, os resultados do compartilhamento serão mais amplos e diversificados. No plano dos procedimentos, análise estatística, análise de conteúdo, análise do discurso, análise textual discursiva, hermenêutica de profundidade, modelo hermenêutico da correspondência de relações texto/contexto e outros, adequadamente aplicados, poderão ser proficuamente complementares dentro de um quadro de referência compartilhado e que possibilite o diálogo.

É razoável pensar que esse quadro de referência é algo assim como uma linha editorial de uma empresa de comunicação. Na academia, por influência de pensadores que tratam dos pressupostos teórico-metodológicos, nos últimos anos, passou-se chamar isso de “abordagem”. É a perspectiva teórico-metodológica, o enfoque, a preparação doutrinária. Serve para escolher e montar o que entra e o que fica fora. Por analogia, pode-se falar de “balizas”. Essas balizas são conceitos estruturantes que, conjuntamente, à semelhança do mundo da vida para as pessoas comuns, regem as operações do grupo de pesquisadores, constituindo um contexto e recursos para o entendimento racional.

Neste sentido, García Canclini (2003a), ao estudar as múltiplas comunidades étnico-culturais da metrópole do México apresenta outro conceito que pode ser fundamental nos estudos da abordagem territorial, a ideia de *hibridação*. Mediante este termo o autor designa os processos artísticos, tecnológicos etc., em que estruturas, objetos e práticas discretas, existentes em separado, são combinados e originam novas estruturas, objetos e práticas. A metáfora da hibridação é valiosa porque: (i) exclui a pretensão de estabelecer identidades “puras”; (ii) evidencia o risco de delimitar identidades locais autocontidas ou separadas e opostas a toda e qualquer alteridade; (iii) impede de desvincular as práticas culturais da história de misturas em que se formaram; (iv) chama atenção para o caráter relativamente arbitrário e contingente de toda cultura, uma das bases do reconhecimento da diferença, necessária no jogo democrático; (v) contribui para livrar-nos das tentações fundamentalistas e do fatalismo das doutrinas sobre guerras civilizatórias; (vi) serve para capacitar a reconhecer a produtividade dos intercâmbios e cruzamentos e habilita à participação de vários repertórios simbólicos; (vii) possibilita o entendimento da totalidade; (viii) e viabiliza a análise dos processos macrosociais (GARCÍA CANCLINI, 2003b).

A preocupação de pesquisadores e agentes sociais e políticos com a totalidade faz sentido quando, interessando-se pelas diferenças culturais, também emerge a preocupação com as desigualdades sociais. Ainda que a autonomia dos campos culturais não se dissolva nas leis globais do capitalismo, subordina-se a elas com laços inéditos (GARCÍA CANCLINI, 2003a). As perspectivas macrosociais são necessárias para quem quer “[...] compreender e intervir nas contradições do capitalismo que se transnacionaliza de modo cada vez mais concentrado” (GARCÍA CANCLINI, 2005, p. 27). Ainda, segundo o autor, nenhum sujeito individual ou coletivo pode, por si só, dar a chave do social. Uma vez que a trama local da cultura é penetrada por todos os lados e de formas inesperadas por um mercado internacional de mensagens, a visão sociológica serve precisamente para “[...] evitar o isolamento ilusório das identidades locais e das lealdades informais, para incluir na análise a reorganização da cultura de cada grupo pelos movimentos que a subordinam ao mercado internacional ou ao menos exigem que interaja com ele” (GARCÍA CANCLINI, 2003a, p. 254).

O reconhecimento das especificidades das diferentes abordagens epistemológicas (métodos de abordagem), com seus pressupostos filosóficos e suas respectivas lógicas operacionais dominantes permite caminhar na direção de uma “triangulação de métodos” (MINAYO, 2014), sem cair no ecletismo ou no monismo, mas sim, buscando a “interfertilização de saberes”. Essa postura pode significar um avanço importante nos estudos e pesquisas sobre territórios e abordagem territorial, ainda marcados pela fragmentação e pela dificuldade de avançar em termos de debates epistemológicos e metodológicos.

3.2 Métodos de procedimento

A abordagem territorial implica na compreensão da pluralidade, multidimensionalidade e exige uma observação e análise multifocal. Constitui-se, segundo Saquet (2007), de processos, redes, rearranjos e contradições, de heterogeneidade de tempos e territórios, tão somente um jeito de contemplação da (i)materialidade do mundo da vida. Observa-se, assim, que as reflexões teórico-metodológicas que abordam a temática territorial e seus desdobramentos vão se avolumando no cenário acadêmico brasileiro e internacional, gerando aportes para grupos de pesquisa e de estudos de universidades e entes oficiais de fomento que poderão contribuir muito no fortalecimento e qualificação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento territorial.

Diante dessa pluralidade e multidimensionalidade, característica de estudos que seguem a abordagem territorial, a proposta apresentada por Minayo (2014), da triangulação

de métodos, nos parece a postura mais adequada para realizar o diálogo entre os diferentes, implicando na utilização de variados procedimentos metodológicos, em especial, em investigações que envolvem grupos de pesquisadores que provêm de diferentes áreas disciplinares. Entende-se que o diálogo metodológico permite o aprofundamento da discussão interdisciplinar, de forma interativa e intersubjetiva, viabilizando a construção de uma espécie de “linha editorial”, capaz de orientar a definição dos instrumentos de coleta e análise de dados necessários à viabilização das pesquisas, a partir dos objetivos claramente estabelecidos.

O detalhamento de pressupostos metodológicos e sua convergência com a abordagem territorial evidencia-se como central para a qualidade e amplitude dos resultados da pesquisa. Assim, propõe-se um conjunto de métodos de procedimento para a definição das fontes, das técnicas de coleta e de análise de dados, as quais poderão contribuir na realização de estudos no âmbito da abordagem territorial. No entanto, reafirma-se que a qualidade das pesquisas possui uma relação direta com os pressupostos epistêmico-teórico-metodológicos definidos no âmbito da mesma, na tentativa de reduzir suas perspectivas de falseabilidade ou refutabilidade, como bem nos alerta Popper (2004).

Para dar conta operativa na metodologia da pesquisa, inicialmente são detalhados os procedimentos de descrição e fontes de dados e, em seguida, são expostas e descritas técnicas de coleta de dados. Os procedimentos e fontes de coleta de dados concentram-se nas bibliográficas, documentais, entrevistas, questionário, escalas, observação e via formulários. Ambos são descritos e detalhados no Anexo II deste artigo.

As abordagens procedimentais, dependendo dos objetivos da pesquisa, requerem o planejamento e uso de métodos e ferramentas de base mais positivistas ou construtivistas (CRESWELL, 2010). A coleta de dados requer não apenas a escolha de um ou outro procedimento e fonte, bem como, de uma ou outra técnica, senão considerar a combinação de vários procedimentos, fontes e técnicas, visando gerar os dados qualitativos ou quantitativos para atender aos objetivos da pesquisa (GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO, 2007), desta forma, garantindo à pesquisa a segurança de dados para a sistematização, análise e resultados pretendidos, com vistas a sustentar as hipóteses e teses envolvidas.

No Anexo III, são relacionadas as técnicas e os procedimentos de pesquisa mais utilizados para a coleta de dados. O detalhamento de técnicas indica a possibilidade da presença de eventuais armadilhas na pesquisa, como destaca Cardoso (1988), quando afirma que a coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se

combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas de coleta de dados e que resulta na utilização de métodos mistos, que combinam diferentes técnicas de coleta de dados. Neste rol de técnicas constam os procedimentos de leitura, levantamento de dados ou *survey*, observação, entrevista tipo grupos de foco (*focus group*), entrevistas em profundidade, procedimentos e técnicas projetivas, escalas de mensuração ou medição e questionário.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados na pesquisa qualitativa em territórios e suas possíveis intercorrências de conteúdo, refere-se ao seu significado na prática social e se expressa como representações sociais, cognitivas, subjetivas, valorativas e emocionais no contexto, como indica Franco (2008). Por isto, é importante destacar a relevância na definição do universo a ser pesquisado e a delimitação do extrato amostral. A técnica de amostragem, bem como a definição do tamanho da amostra são fundamentais para o arcabouço do espaço e o universo a ser pesquisado.

Os procedimentos e técnicas de amostragem podem ser classificadas como não probabilísticas e probabilísticas. A amostragem não-probabilística depende do critério pessoal do pesquisador, podendo ser por conveniência, por julgamento, por cotas e do tipo “bola-de-neve” (os primeiros convidados indicam novos a serem entrevistados). Já na amostragem probabilística as unidades amostrais são escolhidas por acaso. É possível especificar cada amostra potencial de determinado tamanho que pode ser extraída da população, assim como a probabilidade de selecionar cada amostra (MALHOTRA, 2001). Os procedimentos e técnicas amostrais probabilísticas variam em termos de eficiência amostral e não na chance de selecionar os elementos amostrais, e são classificadas em amostragem aleatória simples, amostragem estratificada e amostragem por conglomerados.

Quanto aos procedimentos de análise e interpretação de dados, com vistas a responder às questões e aos objetivos da pesquisa, se constitui na fase decisiva do processo de investigação, momento em que os dados coletados e materiais gerados levam o pesquisador à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre as abordagens teóricas anteriores e as novas ponderações e resultados de análise e considerações interpretativas. Por existirem vários procedimentos e formas que podem contribuir com os processos de análise e interpretação de dados, Minayo (2014), corroborado por Gil (1999), definem que nas pesquisas em ciências sociais podem ser observados passos, tais como: (i) estabelecimento de categorias; (ii) codificação; (iii) tabulação; (iv) análise estatística de dados; (v) avaliação das generalizações obtidas com os dados; (vi) inferência de relações causais; e (vii) interpretação dos dados.

Zamberlan et al. (2016) sugerem procedimentos e técnicas de análise de dados mais empregados nos processos de investigação científica, tais como, análise de conteúdo, análise de discurso, historiografia, análise documental, matemática e estatística. Estas técnicas de análise e procedimentos são detalhadas no anexo IV.

A finalização da etapa dos procedimentos de coleta de dados, análise e interpretação dos dados, culmina com a etapa final do processo de pesquisa, que se constitui no registro dos resultados em documento escrito. Este documento pode constituir-se em relatório de pesquisa ou documento acadêmico sistematizador de um trabalho de conclusão de curso, dissertação ou uma tese.

4 Considerações finais

A abordagem territorial se constitui em um esforço de compreender um vasto universo, plural, multidimensional e multifocal e, neste sentido, demanda dos pesquisadores clareza quanto aos elementos epistêmico-teórico-metodológicos que subsidiam suas pesquisas.

As publicações aqui referidas e consideradas relevantes permitem concluir que o tema abordagem territorial e o desenvolvimento territorial são tratados em muitas publicações, em algumas de uma forma mais central, em outras mais periférica. A quase totalidade das publicações restringem a abordagem territorial ao foco na dimensão rural/agrária. Outra questão que é possível perceber é que a abordagem territorial é utilizada, na maioria dos textos, sem ter a preocupação em fazer referência às questões de ordem epistêmico-teórica. Sobre questões metodológicas, as publicações que fazem referência, pouco avançam, restringindo-se às menções genéricas, não apresentando indicativos sobre a prática da pesquisa. Assim, novas contribuições sobre abordagem territorial, categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial são muito bem-vindas.

A preocupação com questões de ordem epistêmico-teórico-metodológica tem o propósito de qualificar processos de pesquisa que tenham como propósito prospectar alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento territorial. Nos territórios interagem homem-natureza, assim sendo, um único método pode não dar conta de subsidiar equipes de pesquisa interdisciplinares. Pesquisas em desenvolvimento territorial, necessariamente, abarcam múltiplas dimensões, põem em diálogo, no mínimo, ciências sociais/humanas e ciências naturais.

A proposição metodológica aqui apresentada, que se entende convergente com a abordagem territorial, passa pelo reconhecimento das especificidades das diferentes abordagens epistemológicas quanto às suas respectivas lógicas e pressupostos filosóficos. Esse reconhecimento é capaz de livrar os pesquisadores das armadilhas da fragmentação e do ecletismo, possibilitar o diálogo multi e interdisciplinar entre pesquisadores que utilizam diferentes métodos procedimentais de produção e de análise das informações e, assim, favorecer a interfertilização de conhecimentos produzidos, hibridação, a partir de fontes diversas, inclusive, em função de interesses cognoscitivos distintos. É por este motivo que, fundamentados na argumentação central feita em Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021), de que a abordagem e os procedimentos metodológicos emanam de uma determinada concepção epistêmico-teórica, na primeira seção do artigo foram sistematizadas concepções epistêmico-teóricas convergentes com a abordagem territorial que possam servir de base aos pressupostos metodológicos aqui referidos.

Portanto, nos parece que a triangulação de métodos se mostra frutífera para respaldar pesquisas focadas na abordagem territorial do desenvolvimento. Assim, referenda-se o que é proposto por Minayo (2014), de que o reconhecimento das especificidades dos diferentes métodos de abordagens com suas respectivas lógicas e pressupostos filosóficos, pode ser viabilizada, nas pesquisas realizadas por grupos interdisciplinares, através da triangulação de métodos. Essa triangulação é capaz de: (i) viabilizar o diálogo entre os diferentes; (ii) fomentar o debate interno; (iii) viabilizar a complementariedade; (iv) potencializar a contribuição das diferentes áreas do conhecimento; (v) gerar maior clareza teórica e (vi) superar as falsas dicotomias objetividade/subjetividade, qualitativo/quantitativo e macro/micro, em direção a uma construção coletiva fundada na prática dialogada e argumentativa.

Em termos procedimentais, destacou-se um conjunto de métodos, técnicas, que podem subsidiar estudos no âmbito da abordagem territorial, na definição das fontes, coleta, análise e interpretação dos dados, de cunho mais qualitativos, ou quantitativos, a depender dos objetivos da pesquisa. Reconhece-se que há que se dar destaque a alguns dos procedimentos mencionados no texto, a exemplo da pesquisa-ação, sem, no entanto, afastar a possibilidade de uso de métodos tradicionais. O indicativo maior é avançarmos no sentido da superação de enfoques segmentados que resultem em análises exclusivamente setoriais.

Sobre desenvolvimento territorial, parafraseando o professor Arilson Favareto¹², entende-se serem três as principais condições para sua prática efetiva: (i) a necessidade de se tecer coalizões plurais entre os atores territoriais; (ii) o desafio de se construir pactos sociais, que impliquem uma distribuição minimamente equitativa dos recursos territoriais, ou melhor dizendo, os bens públicos (recursos naturais – terra, ar, água, ambiente...) -, tecnologias geradas nas universidades públicas (ciência e tecnologia à serviço de toda a sociedade) e oportunidades de promoção (pessoal, profissional e social, dentre outras), entre a pluralidade de atores do território; além (iii) da presença de institucionalidades integradas escalarmente, voltadas ao planejamento e gestão do território. Poderia se acrescentar uma quarta condição: precisa-se pensar para além do que existe e é considerado suficiente para se chegar ao desenvolvimento! Faz-se alusão, em especial, ao fato de que o desenvolvimento pretendido, considerando suas múltiplas dimensões, por exemplo, não gera desigualdades sociais e degradação ambiental. Caso isso se constate nos processos de desenvolvimento territorial, estamos presenciando mero crescimento econômico.

Indica-se para futuros trabalhos, considerando os propósitos do Projeto de Pesquisa aqui referido, no entanto, servindo de indicativo para novas investigações, que se aprofunde a questão da aplicabilidade/adequabilidade, em especial, dos métodos de procedimento usualmente utilizados nas pesquisas, além de contemplarem uma profunda reflexão sobre as práticas de planejamento de novas perspectivas de desenvolvimento territorial, no que se refere ao atendimento dos interesses e desejos do território, contrapondo-se, ou adequando-se às novas tecnologias e intencionalidades demandadas globalmente.

Por fim, indica-se, a partir deste artigo sobre abordagem territorial, categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial, em síntese: (i) que a pesquisa e os estudos na área, progressivamente, requerem maior fundamentação teórica e empírica, clareza e rigor metodológico; (ii) que, mais do que o uso de uma ou outra abordagem metodológica, acompanhada de um ou outro procedimento de pesquisa, a qualidade futura da pesquisa sobre territórios e abordagem territorial deve estar sustentada numa base epistêmico-teórica e na combinação dos instrumentais para abarcar a amplitude e a consistência das respostas aos objetivos formulados para a pesquisa e, assim, (iii) contribuir de forma mais efetiva com os avanços das ciências na área e nos aportes sobre processos de desenvolvimento territorial.

12 Fragmentos de palestra proferida no V Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade – SEDRES, 25/03/2021, na Unitau, em Taubaté (SP).

Referências

- ARDOINO, J. A complexidade. In: MORIN, Edgar. **A religião dos saberes**: o desafio do século XXI. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 548-558.
- ARENHART, L. O. **Reflexões epistemológicas**: anotações sobre abordagens teórico-metodológicas. Textos de Discussão. Cerro Largo: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (Mestrado), 2020.
- ARENHART, L. O.; ARENHART, A. B. P. Anotações sobre métodos de abordagem. In: BIELOHOUBECK, I. (Org.). **Interlocução de Saberes III**. Santo Ângelo: Instituto Estadual de Educação Odão Felipe Pippi/FuRI, 2017. p. 156-165.
- ASSMANN, H.; MO SUNG, J. **Competência e sensibilidade solidária**: educar para a esperança. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BARTOLI, E. Cities in the amazon, territorial systems and the urban network. **Mercator** (Fortaleza), v. 17, p. 1-16, 2018a.
- BARTOLI, E. Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM). **Espaço Aberto**, v. 8, p. 169-185, 2018b.
- BECKER, B.K.; EGLER, C. **Brasil**: uma nova potência regional na economia mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BEDUSCHI, L. C.; ABRAMOVAY, R. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), **Anais...**, Juiz de Fora – MG, 27 a 30 de Julho de 2003.
- BRUNET, R.; FERRAS, R.; THERY, H. **Les mots de la géographie, dictionnaire critique**. Montpellier-Paris: Ed. Reclus/La Documentation Française, nouvelle édition, 1993.
- CARDOSO, R. **A aventura antropológica**. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- CATAIA, M. A.; RIBEIRO, L. H. L. Análise de situações geográficas: notas sobre metodologia de pesquisa em Geografia. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia** (Anpege), v. 11, n.15, p. 9-30, jan-jun.2015.
- CAZELLA, A. A.; CARRIÈRE, J. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia** (UFSC), v. 4, p. 23-47, 2006.
- COX, K. R. **Spaces of globalization**: reasserting the power of the local. New York: The Guilford Press, 1998.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul./2020a. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.12-32>.
- DALLABRIDA, V. R. **Planejamento e Gestão Territorial**: aportes teórico-metodológicos como referenciais no processo de desenvolvimento de municípios, regiões ou territórios. Mafra (SC): Editora UnC, 2020b. Disponível em: https://uni-contestado-site.s3.amazonaws.com/site/biblioteca/ebook/Planejamento_e_Gestao_Territorial.pdf. Acesso em: 07-04-2021.

DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 63-78, mai-ago/2020c.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. L(2º), n. 215, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 256-273, mai-ago/2021.

DEMO, Pedro. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002.

DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem de bens alimentares. In: WILKINSON, J.; MASCARENHAS, G. C. C. (Orgs.). **O sabor da origem**. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 51-72.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Ativação de recursos territoriais: processos de desenvolvimento no espaço rural. In: CURY, M. J. F.; SAQUET, M. A. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: a práxis na construção do desenvolvimento**. Cascavel: EDUNIOSTE, 2019. p. 67-82.

DUARTE, A. Poder, violência e revolução no pensamento político de Hannah Arendt. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, v. 21, n. 3, p. 13-27, 2016. DOI: 10.11606/issn.2318-9800.v21i3p13-27.

DUCHEK, S. Organizational resilience: a capability-based conceptualization. **Business Research**, n. 13, p. 215-246, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1007/s40685-019-0085-7>.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.

FRANCO, M. L. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2008.

FUINI, L. L. Território e geografia no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 21, p. 3-20, 2014a.

FUINI, L. L. A territorialização do desenvolvimento: construindo uma proposta metodológica. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2014b.

FUINI, L. L. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da Geografia brasileira. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 26, n. 1, p. 221-242, ene.-jun./2017.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4(96), p. 483-486, out./dez. 2004. Doi: <https://doi.org/10.1590/0101-35172004-1639>.

GARCÍA CANCLINI, N. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

GARCÍA CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003a.

GARCÍA CANCLINI, N. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003b.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. A. B. (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo. Saraiva, 2007.

HAESBAERT, R. O território: de categoria de análise à categoria da prática num olhar latino-americano e integrador. In: DENARDIN, V. F.; ALVEZ, A. R. **Desenvolvimento territorial: olhares contemporâneos**. Londrina: Editora Mecenas, 2019. p. 51-60.

HAESBAERT, R. C. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

JEAN, B. Le développement territorial durable: une nouvelle approche de développement rural. **Meio Ambiente e Desenvolvimento**, v. 33, p. 115-127, abr. 2015.

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao *desenvolvimento territorial sustentável*: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J-P. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**. Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED/Secco, 2010. p. 49-76.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LÉVESQUE, B. Comentários às bases teóricas e metodológicas do enfoque de desenvolvimento territorial sustentável: convergências e aportes específicos. In: VIEIRA, P. H. F. et al. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**. Subsídios para uma política de fomento. 1. ed. Florianópolis: APED/Secco, 2010. p. 77-86. v. 1.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATURANA, H. **A ontologia da realidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento – Pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

MORALES, C.; PÉREZ, R.; RIFFO, L.; WILLINER, A. **Desarrollo territorial sostenible y nuevas ciudadanía**s: consideraciones sobre políticas públicas para un mundo en transformación. Documentos de Proyectos (LC/TS.2020/180), Santiago (Chile), Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2020.

PECQUEUR, B. O Desenvolvimento Territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, jan./dez./2005.

PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud**. Grenoble: Institut de Géographie Alpine, 2004.

POPPER, K. R. **Lógica das Ciências Sociais**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. SP: Ática, 1993.

RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E. A abordagem territorial e escalar nos estudos sobre o desenvolvimento rural: uma proposta teórico-metodológica. **Ambiência** (UNICENTRO), v. 8, p. 699-719, 2012.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007. SÁNCHEZ GAMBOA, S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 91-115.

SAQUET, M. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p.479-505, Set.-Dez./2018.

SAQUET, M. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª. edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.

SAQUET, M. Abordagens e concepções de território e territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**, n. espec. EGAL-Costa Rica, p. 1-16, II Semestre 2011.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano IV, n.6, p.21-28, jan/jun. 1999.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P.; FILLIPPI, E. E.; RÜCHERT, A. A.; RAMBO, A. G.; RADOMSKI, G. F. W.; CONTERATO, M. A.; SPETCH, S. Análisis multidimensional y escalar del desarrollo territorial en Brasil. **Eutopía**, n. 1, p. 25-49, noviembre/2010.

SPOSITO, M. E. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E.; WHITACKER, A. (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130

STEIN, E. **Crítica da ideologia e racionalidade**. Porto Alegre: Movimento, 1986.

VAZ DE MOURA, J. T.; SOUSA MOREIRA, I. A abordagem territorial do desenvolvimento a partir da perspectiva relacional: uma proposta teórica preliminar. **Redes** (Santa Cruz do Sul), v. 19, n. 1, p. 58-73, jan.-abr./2014.

VEIGA, J. E. Nascimento de uma outra ruralidade. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 20, n. 57, p. 333-353, 2006.

VIEIRA, P. F. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. **INTERthesis**, Florianópolis, v.10, n.2, p. 119-141, Jul./Dez. 2013.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**, n. 14, p. 27-75, abril de 2009.

ZAMBERLAN, L. et al. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

ANEXOS

Anexo I: Métodos e sua convergência com a abordagem territorial.

Métodos de Abordagem	Caracterização Básica	Adequação à abordagem territorial
Empírico-Analítico	A abordagem analítica, segundo a concepção antropológica subjacente, expressa-se por meio de categorias tecnicistas e funcionalistas. Orientam-se pela abordagem analítica, os modelos positivistas e funcionalistas, os quais pressupõem uma visão fixista, funcional, predeterminada, homogênea e não-conflitiva da realidade, fundada no princípio de identidade, preferindo a descrição do universo ordenado, sujeito a leis permanentes.	Os modelos positivistas e tecnicistas pressupõem uma visão pre-determinada e homogênea, não conflitiva, da realidade. O território não é uma realidade homogênea, sim conflitiva, o que implica priorizar métodos multidimensionais e abertos à considerar fenômenos e processos contraditórios, buscando convergências, não modelos universais.
Fenomenológico (hermenêutica)	A hermenêutica atua na base das pesquisas movidas pelo interesse dialógico de consenso, no mundo vivido sociocultural, onde e quando a finalidade é auxiliar a investigação e a interação dos sujeitos, dando ênfase à problemática do conflito de interpretações, empurrando para um plano secundário os conflitos de interesses. A hermenêutica seria uma possibilidade de que a reflexão dispõe para se encontrar com a realidade histórica presente, procurando cautelosamente penetrar nela.	A abordagem fenomenológica deixa em segundo plano o conflito de interesses, o que é fundamental em realidades complexas e desiguais em poder e oportunidades, como é o caso de contextos territoriais.
Dialético-Crítico	A abordagem dialética conecta-se ao interesse humano crítico-emancipador, visando a transformação da realidade e libertação dos sujeitos das diferentes formas de instrumentalização, dominação e enganação. Concebe o ser humano como um ser social e histórico, determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, criador e transformador. Metodologicamente, permite explicitar as contradições, diagnosticar os bloqueios e as possibilidades de superação dos mesmos.	Todo processo de diagnóstico da realidade de um determinado recorte territorial, só tem sentido se for capaz de identificar contradições, bloqueios e prospectar formas de superação e avanços. Se considerarmos a abordagem territorial como processo de superação de visões determinísticas, esse método de abordagem nos orienta ao novo, em termos de planejamento e gestão territorial.

Sistêmico Complexo-Paradoxal	Para essa abordagem, as pesquisas visam otimizar as relações vitais dos seres humanos (e outros vivos) com o meio natural. Por conseguinte, o diálogo interdisciplinar é tomado como um relevante critério de verdade, pois contextualizar os fenômenos e dialogar com outros especialistas são tarefas determinantes para esse procedimento investigativo. Para esta abordagem, a ciência se concebe como sendo regida por vários princípios de inteligibilidade, exigindo análises e interpretações inter(trans)disciplinares, sendo que a contextualização dos fenômenos se faz mediante esforços de articulação interdisciplinar (triangulação de métodos).	A abordagem territorial exige, necessariamente, observações, análises e interpretações multidimensionais da realidade o que supõe a contribuição multidisciplinar. As análises e interpretações resultarão de esforços interdisciplinares. Há, portanto, uma forte convergência do método de abordagem sistêmico-complexo-paradoxal com a abordagem territorial
Método Multireferencial-Híbrido, "Interfertilização de Saberes" e "Triangulação de Métodos"	A triangulação de métodos de abordagem pode ser considerada uma alternativa necessária para realizar o diálogo entre os diferentes focos disciplinares. O diálogo metodológico propicia maior clareza teórica e permite aprofundar uma discussão interdisciplinar de forma interativa e intersubjetiva. Já o processo reflexivo da triangulação de métodos possibilita buscar a articulação de dados objetivos (indicadores, distribuição de frequência e outros) e dados subjetivos (significados, intencionalidades, interação, participação). Trata-se de evitar ou desfazer a dicotomização entre quantitativo e qualitativo, entre macro e micro, entre interior e exterior, entre sujeito e objeto.	O projeto de pesquisa <i>O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões</i> , ao assumir a abordagem territorial como método e propor-se à qualificação de processos localizados de desenvolvimento, convergindo para a perspectiva de valorização das potencialidades socioeconômicas, culturais e ambientais dos territórios, assumindo o seu patrimônio territorial como referência, só podia, por isso, ser constituído por uma equipe multidisciplinar. Apresenta-se o desafio de um aprendizado coletivo com o fim de exercitar a pesquisa multidisciplinar, pela utilização de métodos de abordagem e de procedimento adequados a esse propósito.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Anexo II: Procedimentos, fontes e suas descrições da pesquisa.

Procedimentos e fontes	Descrição
Bibliográfica	Abrange todo o referencial teórico já tornado público em relação ao tema de estudo, como publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, meios de comunicação orais e audiovisuais (LAKATOS; MARCONI, 2003).
Documentos	A fonte de coleta de dados refere-se a documentos, escritos ou não, que podem ser recolhidos quando o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (LAKATOS; MARCONI, 2003).
Entrevista	Técnica em que o investigador se apresenta ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados, sendo uma fórmula de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 1999).
Questionário	É um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador (LAKATOS; MARCONI, 2003).
Escalas	Instrumentos construídos com objetivo de medir a intensidade das opiniões e atitudes de maneira objetiva. Apresentam-se de diversas formas, porém consistem basicamente em solicitar ao indivíduo pesquisado que assinale, dentro de uma série graduada de itens, aqueles que melhor correspondem à sua percepção acerca do fato pesquisado (GIL, 1999).
Observação	Consiste em uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em usar os sentidos, mas também em examinar fatos ou fenômenos a estudar (LAKATOS; MARCONI, 2003). Conforme Yin (2001), destacam-se duas formas principais desta técnica: a direta e a participante.
Formulário	É um instrumento para obter dados e/ou informações de um objeto de estudo, por meio de um roteiro estabelecido pelo pesquisador, para efetuar registros e anotações (MALHOTRA, 2001).

Fonte: Adaptado pelos autores de Machado e Silva (2007, apud Zamberlan et al, 2016).

Anexo III: Técnicas de coleta de dados e procedimentos de pesquisa.

Técnica de coleta de dados	Procedimentos
Procedimento de leitura	Trata-se de procedimento de coleta de bases conceituais, referências e dados, atendendo ao delimitado nos objetivos da pesquisa. Os procedimentos de leitura podem ser de natureza exploratória, reconhecimento de materiais, leituras exploratória, seletiva, reflexiva e/ou interpretativa, resultado em aprendizagem e produção cultural (SALVADOR, 1986).
Levantamento ou Survey	A técnica levantamento, também chamada de <i>Survey</i> ou ainda de <i>enquete</i> (ZAMBERLAN et al, 2016) é a opção quase unânime dos pesquisadores para a coleta de dados primários. A escolha da técnica de coleta de dados é um ponto crítico no processo de pesquisa. Sugere-se que os questionários de levantamento possam ser apresentados de quatro maneiras principais: (i) entrevistas pessoais; (ii) entrevistas telefônicas; (iii) entrevistas pelo correio e (iv) eletrônicas.
Observação	É uma técnica frequentemente empregada em estudos descritivos no campo da gestão. A observação envolve o registro sistemático de padrões de comportamento das pessoas, objetos e eventos, a fim de obter informações sobre o fenômeno de interesse. Os procedimentos e técnicas observacionais podem ser estruturadas ou não-estruturadas, diretas ou indiretas, além disso, a observação pode ser realizada em um ambiente natural ou planejado (MALHOTRA, 2001).
Entrevista Tipo Grupos de Foco (Focus Group):	É definido como um tipo de entrevista que requer um moderador treinado, de uma forma não-estruturada e natural, com um pequeno grupo de respondentes, cujo objetivo principal é obter uma visão aprofundada, ouvindo um grupo de pessoas do espaço, do território, ao discorrer sobre problemas de interesse do pesquisador. O valor da técnica está nos resultados inesperados que em geral se obtém de um grupo de discussão livre. Segundo Malhotra (2001), os grupos de foco constituem o processo mais importante de pesquisa qualitativa e são tão populares no âmbito das pesquisas que muitas pessoas consideram esta técnica um sinônimo de estudo qualitativo.
Entrevistas em Profundidade	Caracterizam outra técnica para obter dados qualitativos, como uma entrevista não-estruturada, direta, pessoal, em que um único respondente é entrevistado de cada vez, para descobrir motivações, crenças, atitudes e sensações com relação a algum assunto. Da mesma maneira que os grupos de foco, as entrevistas em profundidade constituem uma forma não-estruturada e indireta de obter informação. Ao contrário dos grupos de foco, as entrevistas de profundidade são realizadas uma a uma e são recomendadas por avaliarem aspectos não revelados coletivamente.
Procedimentos e Técnicas Projetivas	É uma forma não-estruturada, indireta, de perguntar, que incentiva os entrevistados a projetarem suas motivações, crenças, atitudes ou sensações subjacentes, sobre problemas em estudo. Os procedimentos e técnicas subjetivas são diferentes pelo fato de procurarem disfarçar o propósito da pesquisa. Já nos procedimentos e técnicas de entrevistas em profundidade e os grupos de foco, os objetivos e propósitos da pesquisa são revelados aos entrevistados. Podem ser agregadas por procedimentos e técnicas de associação, de complemento, de construção e a expressiva (visual ou verbal).
Escala de Mensuração ou Medição	Em pesquisa territorial, consiste em atribuir números ou outros símbolos às características de objetos, de acordo com regras pré-definidas, em que não se mede o objeto propriamente dito, mas alguma de suas características. Os procedimentos e técnicas de mensuração e escalonamento é que irão fornecer as orientações para elaborar as perguntas de um questionário. As escalas poderão ser nominais, ordinais, intervalares (ex. Escalas de <i>Likert</i>) e escalas de razão.
Questionário	É um conjunto formal de perguntas cuja finalidade é obter informações dos entrevistados (MALHOTRA, 2001). Um bom questionário é aquele capaz de coletar os dados necessários para atingir os objetivos específicos da pesquisa. As perguntas devem estar diretamente relacionadas ao propósito do projeto de pesquisa e o questionário poderá ser composto por questões estruturadas e outras semiestruturadas (abertas).

Fonte: Elaboração própria, com base nos autores mencionados.

Anexo IV: Técnicas de análise e procedimentos de pesquisa.

Técnicas de Análise	Procedimentos
Análise de conteúdo	Considerado como conjunto de procedimentos e técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.
Análise de discurso	O discurso, na análise do discurso, não é apenas transmissão de informação, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos.
Historiografia	São procedimentos e métodos usados no estudo de acontecimentos históricos, utilizando-se a análise de documentos, relatos orais e também iconografia de organizações e instituições.
Análise Documental	Consiste no procedimento de operação, ou um conjunto de operações, visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência.
Matemática e Estatística	O pesquisador percebe a realidade mediante a observação, porém a atividade científica, por vezes, necessita de instrumentos que reforcem as aptidões naturais e permitam mais objetividade das observações. Em muitas situações, essa objetividade está associada à ideia de quantificação, à medida que tal procedimento permite ao pesquisador analisar fenômenos em função da frequência em que ocorrem ou de sua quantidade.

Fonte: Elaboração própria, com base em Zamberlan et al. (2016).